



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3255 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**RIKBAKTA: DO CONTATO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Raimundo Nonato Carlos Arruda - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Este texto tem como objetivo fazer um breve histórico do contato do Povo Rikbaktsa com os colonizadores da região noroeste do Estado de Mato Grosso e com a frente de contato ou “pacificação” liderada pelo padre jesuíta João Evangelista Dornstauder. Destaca também como foi a passagem de alguns Rikbaktsa pelo internato de Utiariti, como acontecimento importante que mexe com o futuro desse povo, na forma de organização social na concepção de mundo e na maneira de como começa a educação escolar. Também destacamos, como os Rikbaktsa absorvem essas informações externas, junta com os conhecimentos tradicionais e luta por seus direitos garantidos legalmente par estruturar uma educação escolar Rikbaktsa específica, diferenciada e de qualidade, voltada para o desenvolvimento do povo.

**Palavras-chave:** Povo Rikbaktsa; Contato; Educação Escolar; Legislação Educacional;

### **RIKBAKTA: DO CONTATO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**Resumo:** Este texto tem como objetivo fazer um breve histórico do contato do Povo Rikbaktsa com os colonizadores da região noroeste do Estado de Mato Grosso e com a frente de contato ou “pacificação” liderada pelo padre jesuíta João Evangelista Dornstauder. Destaca também como foi a passagem de alguns Rikbaktsa pelo internato de Utiariti, como acontecimento importante que mexe com o futuro desse povo, na forma de organização social na concepção de mundo e na maneira de como começa a educação escolar. Também destacamos, como os Rikbaktsa absorvem essas informações externas, junta com os conhecimentos tradicionais e luta por seus direitos garantidos legalmente par estruturar uma educação escolar Rikbaktsa específica, diferenciada e de qualidade, voltada para o desenvolvimento do povo.

**Palavras-chave:** Povo Rikbaktsa; Contato; Educação Escolar; Legislação Educacional;

#### 1- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão sobre a trajetória do povo Rikbaktsa, do contato com os colonizadores da região noroeste de Mato Grosso e com a frente de “pacificadora” promovida pela Companhia de Jesus (Jesuítas), com objetivo de resolver os conflitos existentes na região entre os indígenas e os seringueiros, visto que a resistência dos índios Rikbaktsa era empecilho para o andamento do projeto de desenvolvimento do interior do estado de Mato Grosso.

Para ajudar no entendimento desta questão usamos um referencial teórico de autores que relatam como foi feito o contato ou “pacificação” dos Rikbaktsa e a vivência deles no internato do Utiariti, que funcionou entre os anos de 1930 a 1970 construído as margens do rio Papagaio, próximo as cachoeiras com o mesmo nome, no município de Diamantino/MT.

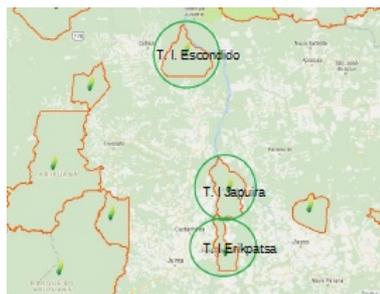
Para entendermos como a educação escolar chega até esse povo, além do referencial citado, usaremos a Constituição Federal como lei máxima do país, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que orienta como deve se organizar educação de todas as modalidades de ensino e a Legislação Específica para a educação escolar indígena.

O desenvolvimento da educação escolar Rikbaktsa passou por vários momentos, mas está diretamente ligado com as formas de organização social do povo, onde a responsabilidade não é somente dos profissionais que estão à frente da escola, mas de toda a comunidade.

## 2- LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO

O povo Indígena Rikbaktsa vive hoje na bacia do rio Juruena, no noroeste do Mato Grosso, em três terras Indígenas demarcadas e homologadas. Terra Indígena Erikpatsa, com 79.935 hectares, no município de Brasnorte, demarcada em 1968; Terra indígena Japuira, com 152.509 hectares, no município de Juara, demarcada em 1986 e a terra indígena do Escondido, com 168.938 hectares, localizada no município de Cotriguaçu, demarcada em 1998, todas localizadas à margem do rio Juruena.

Mapa 1: Localização das atuais Terras Indígenas Rikbaktsa



Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/>

Segundo relato do padre João Evangelista Dornstauder no livro: “Como Pacifiquei os Rikbaktsa” (1975), seu território tradicional era muito mais extenso ia desde a barra do rio Papagaio, afluente do rio Juruena até o salto Augusto, expandindo em direção ao rio Aripuanã, até o rio do Peixes onde hoje se localiza os povos indígenas Kaiabi, Apiaká e Munduruku no município de Juara.

A partir da década de 1940 quando começam novos incentivos para a exploração da borracha com a instalação da companhia de colonização do Noroeste de Mato Grosso, começa o contato deste povo com a sociedade não indígena. Assim o confronto é inevitável, os seringueiros vêm para a região atrás da coleta do látex e o povo Rikbaktsa que vê seu território invadido por pessoas estranhas.

Conforme afirma Dornstauder:

Em ação de envergadura, em frentes extensas, a ocupação seringueira atingiu de cheio a região residual da tribo. Os Rikbaktsa reagiram. Depois das expedições de repressão dos seringueiros, queimando e destruindo roças e malocas, e matando, a luta se generalizou especial e também numericamente, envolvendo, aos poucos, todo o território e todos os grupos Rikbaktsa. Por fim, a luta se definiu para os Rikbaktsa como defesa do espaço vital e da sobrevivência. (DORNSTAUDE, 1975, p. 30)

De um lado estavam os seringueiros trazido para trabalhar na região, do outro os indígenas defendendo

seu território. Nesse confronto houve uma inevitável perda populacional por parte dos Rikbaktsa.

O primeiro contato com um grupo indígena rumo a “pacificação” foi realizada pelo padre João Dornstauder, em 30 de julho de 1957, dando início a uma nova etapa na vida do povo. O fim de sua resistência armada por parte dos indígenas, garantiu a ocupação das terras aos colonizadores, mas, ao mesmo tempo, assegurou a sobrevivência desse povo, pois já sofriam com epidemias de gripe, sarampo, malárias e outras doenças trazidas pelos seringueiros para região.

Arruda assim descreve sobre os conflitos e doenças causadas pelo contato com os povos não indígenas:

No decorrer dos conflitos armados a mortandade entre os Rikbaktsa foi grande, mas durante e após o período de pacificação foi tremendamente maior devido as inúmeras epidemias de gripe (levada pela frente de atração), sarampo, varíola e doenças venéreas causadas pelo contato sistemático e indiscriminado com os seringueiros. (ARRUDA, 1992, p. 166).

Após o contato com os colonizadores da região noroeste do estado de Mato Grosso, houve perdas significativas, não somente de pessoas e de seu território tradicional mas também dos costumes e tradições, pois muitos foram levados ao internato do Utiariti e conviveram com outras etnias, sendo proibidos de expressar qualquer manifestação cultural, inclusive não poderia falar a língua materna.

Ao falar das proibições Arruda destaca que:

Em Utiariti, as crianças Rikbaktsa passaram por um processo em que todas as manifestações de identidade étnica eram reprimidas. Em contato apenas com os membros da Missão e com índios de outras tribos, eram encorajados a assumir a identidade de “índios genérico”... tinham suas vidas organizadas fora dos padrões culturais tribais e eram preparados para o papel de trabalhadores na economia regional. (ARRUDA, 1992, p. 182 e 183).

No internato havia uma rotina própria, voltada para a evangelização, cristianização daqueles que ali estavam, muitos diferentes da vida nas aldeias.

Arruda assim descreve a rotina do internato:

Em Utiariti havia alojamentos separados para meninos e meninas, moços e moças. Cada alojamento tinha um mestre que os acompanhava 24 horas por dia. Eram acordados por ele, que batia palmas; iam lavar o rosto, escovar os dentes e assistir a missa. Depois tomavam café, indo trabalhar na roça até mais ou menos as 9 horas. Voltavam e tomavam banho, indo em seguida para o local de estudo até a hora do almoço. Depois do almoço, meia hora de futebol, banho e soneca obrigatória até as 14 hs. A tarde tinha escola e mais um pouco de trabalho na roça, terminando o dia. No fim da tarde tomavam banho no rio e, se não tivesse havido missa da manhã ou, parece que as vezes mesmo tendo, assistiam outra missa. Depois jantavam e tinha mais ou menos 2 horas de jogos e brincadeiras as mais divertidas. Para terminar a jornada, rezavam o terço antes de ir dormir. (ARRUDA, 1992, p. 184 e 185).

Com a decadência do internato no final da década de 1960 e início de 1970, os Rikbaktsa que lá vivam retornam para parte de suas terras tradicionais já demarcadas em 1968, trazendo todo conhecimento adquirido na convivência no Utiariti, passaram a conviver com os que ficaram habitando essas terras, mas os missionários também vieram para a área indígena, mantendo um certo domínio sobre o povo.

Conforme destaca Arruda:

Com seu espaço vital enormemente diminuído e sob a batuta da MIA, passaram a conviver face a face os sobreviventes dos grupos até pouco tempo atrás hostis entre si (os Rikbaktsa do Rio do Sangue, do Arinos e do Juruena), os que se mantiveram autônomos até 1974, os aldeados nos postos da Missão desde o contato e os jovens educados em Utiariti, desenvolveram um processo de acomodação e reordenação de suas práticas sócio-culturais. (ARRUDA, 1992, p. 184 e 185).

É nesse espaço de conhecimentos diversos é que começa a reestruturação do povo Rikbaktsa, encontrando numa dinâmica de ressocialização de saberes adquiridos por meio do contato com outras etnias, padres e irmãs no internato, mas valorizando os saberes tradicionais do que aqui estavam.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR

Os Rikbaktsa passaram por um processo de inúmeras mudanças culturais após o contato, a retirada de crianças para o internato do Utiariti, onde foram obrigados a aprender outros costumes, por conviverem com outros povos e com os religiosos e religiosas que ali moravam. É no Utiariti que há o primeiro contato com a educação escolar, aprende a escrever e a falar português, já que eram proibidos a falarem a língua materna.

Com a garantia da terra indígena Erikpatsa, começa o retorno daqueles que tinham sido levados pelos missionários Jesuítas para o internato, os missionários também montam moradia nessa área, começando o processo de implantação da escola na aldeia com aulas em português ministradas pelas missionárias.

Como relata Arruda

No Barranco Vermelho, desde 1966 funcionava uma escola, que ensinava matemática, português, geografia, história e ciências, sendo o ensino ministrado em português. Foi fechada em 1979 após a saídas da irmãs, ficando na área apenas o Pe. Balduino. (ARRUDA, 1992, p. 193).

Educação Escolar Rikbaktsa contou com ajuda de monitores ligados à missão e de indígenas alfabetizados como descreve Arruda.

A escola se espalhou em todos os aldeamentos Rikbaktsa e, em alguns deles os próprios pais já alfabetizados passaram a receber orientações dos monitores para alfabetizar os filhos, o que deu bons resultados em muitos casos. (ARRUDA, 1992, p. 434).

A Educação Escolar Rikbaktsa não é algo apenas dos professores, desde que o povo assume a educação ela perpassa o espaço físico da sala de aula, é assumida por todos, tornando um espaço democrático, de respeito, diálogo e de responsabilidade.

Segundo Arruda, esta escola nasce com aval da comunidade:

A escola, resguardando certo espaço de autonomia dos professores, tem seus rumos orientados pela comunidade. Os cargos de representação externa, ainda que preenchidos por homens da geração do Utiariti, devem ser validados pelos mais velhos. (ARRUDA, 1992, p. 470).

Todas as mudanças que se tem percebido nas comunidades Rikbaktsa passa pela tomada de decisão conjunta. A responsabilidade é daqueles que estão a frente, mas acompanhado por todos e na educação escolar não é diferente, os professores, o coordenador e diretor tem suas responsabilidades a frente da escola, mas tem o acompanhamento da comunidade em todas as ações.

É com esse olhar de conjunto que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde o estado brasileiro é obrigado a olhar para essas populações indígenas de outra maneira através dos artigos 231 e o 232, e no âmbito educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, reconhece também esses direitos e garante uma atenção especial às comunidades indígenas.

**Art. 78.** O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (BRASIL. 1996)

A educação escolar indígena com tratamento diferenciado em todos os níveis e modalidades de ensino torna-se uma novidade e obrigação para os sistemas educacionais do país sejam eles, municipais, estaduais ou federal, fortalecendo assim o movimento indígena nacional, que força o estado brasileiro a olhar essas populações de outra maneira. Para os povos indígenas significa um grande avanço, reconhecimento oficial dos direitos desses povos a uma escola que afirme suas especificidades culturais e garanta o acesso aos conhecimentos, abandonando a perspectiva integracionista dominante nas relações com os povos indígenas até então.

Desta forma:

A instituição escolar ganhou, com isso, novos papéis e significados. Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica .p.377)

Resolução Federal de 03/1999 é a primeira legislação específica para educação escolar indígena, reafirma os direitos constituídos em âmbito nacional detalhando sua organização e funcionamento.

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica

O Referencial Curricular Nacional de Educação Escolar Indígena é outro documento que inclui a educação escolar indígena no sistema oficial.

Com isso vários estudiosos ligados à causa indígena começam a desenvolver trabalhos ligados à Educação Escolar de maneira que leva o estado a pensar a educação indígena de forma diferenciada. Em 2004 o Estado de Mato Grosso publica a resolução 201 do Conselho de Educação Escolar Indígena que reforça a garantia da autonomia de organização das escolas indígenas conforme a especificidade cultural de cada povo.

Os Rikbaktsa que têm uma história de luta por uma escola específica e diferenciada e que respeita sua cultura, em 2006 só pertenciam a rede municipal do município de Brasnorte, mas em abril de 2007 o Estado de Mato Grosso cria a Escola Estadual Indígena de Educação Básica Myhyinymykyta Skiripi, que passa a funcionar com a Educação de Jovens e Adultos e com o Ensino Médio, atendendo a EJA em 7 aldeias diferentes e o Ensino Médio em duas.

Não satisfeitos com apenas estas escolas, o povo começou a buscar um ensino que levasse os alunos a uma atuação mais específica na própria terra indígena Rikbaktsa e em 2011 foi autorizado pela Secretaria de Estado de Educação o funcionamento de uma turma de Técnico em Meio Ambiente na Escola Estadual Indígena de Educação Básica Myhyinymykyta Skiripi.

Em 2012 Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica publica a Resolução Federal

de 05 que substitui a resolução 03/99, e traz a garantia da educação profissional e tecnologia em seu artigo 13 que diz:

Art. 13 A Educação Profissional e Tecnológica na Educação Escolar Indígena deve articular os princípios da formação ampla, sustentabilidade socioambiental e respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das sociedades indígenas e suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, devendo:

III - proporcionar aos estudantes indígenas oportunidades de atuação em diferentes áreas do trabalho técnico, necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades, como as da tecnologia da informação, saúde, gestão territorial e ambiental, magistério e outras. (BRASIL. 2012)

Mesmo com imposição por parte do sistema de educação estadual e nacional o povo Rikbaktsa soube usar isso em seu benefício, resistindo a essas imposições e mantendo as formas tradicionais de organização, mas, nos últimos anos podemos observar a crescente procura na sociedade Rikbaktsa pela educação profissional, nas escolas indígenas Rikbaktsa e fora delas.

O povo tem jovens Rikbaktsa que ingressam nos cursos médio integrado à educação profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Juina.

A Educação Escolar foi uma das maneiras usadas para desenvolvimento de todo o povo Rikbaktsa, trata-se de uma grande reestruturação, desde as práticas políticas de transmissão dos conhecimentos, organização social, visão de mundo e nas relações interculturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui trouxemos uma breve exposição de como foi o contato do povo Rikbaktsa com os colonizadores da região noroeste do estado de Mato Grosso, povo esse a que até esse momento vivia isolado da “civilização”, percebemos como o processo de desenvolvimento do interior desse estado não respeitou quem aqui habitava.

Expressamos que a “pacificação” realizada pela missão Jesuíta por meio do padre João Evangelista Dornstauder foi um “mal necessário”, pois a realidade em viviam no vale do Juruena era de guerra, de um lado a frente extrativista que tinha vindo pra região para exploração do látex, do outro os Rikbaktsa que defendiam seu território, tendo como resultado muitas mortes seja de seringueiros ou indígenas. Diante dessa situação é que os Jesuítas são chamados para por um fim aos conflitos por meio da “pacificação” dos índios.

Dentro do contexto educacional percebemos como o povo Rikbaktsa conseguiu se reorganizar, mesclando os conhecimentos daqueles que frequentaram o internato com os saberes tradicionais do povo, evidenciando o que diz Leontiev:

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.

O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inúmeras gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são criadores. (2004. p. 285)

Os indivíduos Rikbaktsa mostraram que o aprendizado adquirido fora, em outra cultura não lhe foi em vão, uniram com os conhecimentos tradicionais e continuaram sendo guerreiros, mudando a forma de fazer a guerra, substituindo o arco e a flecha pela caneta, mostrando que a união e o respeito de saberes ajudou na reestruturação de todo o povo Rikbaktsa.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo Sergiio Vieira. **Os Rikbaktsa Mudanças e Tradição**. Puc, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. 21ª ed, Brasília: Câmara dos deputados.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes de bases da Educação Nacional – LDB, 9.394**.1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena**, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução 05/ 12 do Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena**,2012.

DORNSTAUDER, João Evangelista. **Como pacifiquei os Rikbaktsa**. Instituto Anchietano de Pesquisas: São Leopoldo, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvendo do psiquismo**.2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MATO GROSSO. **Resolução 05/2012 do Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena**, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de educação. **Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso – Concepções**. 2008/2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução 201/04 do Conselho de Educação Escolar Indígena**. CEI, 2004.

MENDONÇA, Terezinha Furtado de. **Gestão escolar: Interculturalidade e protagonismo na escola indígena**. Cuiabá, MT: UFMT 2009.

SECCHI, Darci. **Gestão escolar indígena: cenários e perspectivas**. Cuiabá, MT: UFMT 2009.